

Quando água e óleo se misturam

Classes sociais e semelhanças analíticas entre Florestan e Rangel

When water and oil mix
Social classes and analytical similarities between
Florestan and Rangel

DIOGO SANTOS*

► DOI: <https://doi.org/10.4322/principios.2675-6609.2023.166.006>

Arquivo FFLCH-USP



Estudante consulta acervo da biblioteca da FFLCH-USP batizada com o nome de Florestan Fernandes. São Paulo (SP), 2005

RESUMO

O objetivo deste artigo é demonstrar as semelhanças entre a construção analítica de Florestan Fernandes em seu importante livro *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* e a teoria da dualidade da economia brasileira de Ignácio Rangel. Os autores são expoentes de duas tradições muito distintas no pensamento social brasileiro, a chamada escola de sociologia da USP e o nacional-desenvolvimentismo, respectivamente. Inicialmente a teoria da dualidade proposta por Rangel é apresentada em seus elementos básicos. Em seguida são destacados diversos temas em que a arquitetura analítica de Fernandes no referido livro apresenta semelhanças significativas com a arquitetura da teoria da dualidade. Os temas analisados são a natureza não capitalista do Brasil Colônia e as consequências imediatas da Independência; o desenvolvimento do capital comercial; as mudanças trazidas pelo desenvolvimento do setor cafeeiro; e o surgimento da indústria e a constituição do capitalismo industrial no Brasil sob hegemonia dos interesses agrários. À guisa de conclusão aborda-se a diferença das conclusões dos autores a respeito dos limites da coordenação estatal do desenvolvimento nacional, para reafirmar que, a despeito das conclusões distintas, as estruturas analíticas se assemelham.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Revolução burguesa no Brasil. Ignácio Rangel. Teoria da dualidade da economia brasileira.

ABSTRACT

The aim of this paper is to demonstrate the similarities between the analytical construction of Florestan Fernandes in his important book *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica* (The bourgeois revolution in Brazil: essay of sociological interpretation) and Ignácio Rangel's theory of the Brazilian economy duality. The authors are exponents of two very different traditions in the Brazilian social thought, the so-called USP school of sociology and the national-developmentalism, respectively. Initially, the theory of duality proposed by Rangel is presented in its basic elements. Next, several themes are highlighted in which Fernandes' analytical architecture in that book shows significant similarities with the architecture of the theory of duality. The themes analyzed are the non-capitalist nature of colonial Brazil and the immediate consequences of the Independence; the commercial capital development; the changes brought about by the coffee sector development and the manufacturing sector emergence; and the constitution of industrial capitalism in Brazil under the hegemony of agrarian interests. To conclude, the difference in the authors' conclusions regarding the limits of state coordination of the national development is addressed to reaffirm that, despite these different conclusions, the analytical structures are similar.

Keywords: Florestan Fernandes. Bourgeois revolution in Brazil. Ignácio Rangel. Theory of the Brazilian economy duality.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é apresentar as semelhanças entre a construção analítica de Florestan Fernandes que sustenta sua interpretação da evolução da sociedade brasileira no livro *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*, de 1975 (FERNANDES, 2006), e a teoria da dualidade básica da economia brasileira de Ignácio Rangel.

Esse objetivo se justifica pelo menos por três motivos. Primeiramente pelas diferenças entre ambas as histórias do pensamento social brasileiro. Enquanto Rangel é um dos representantes principais do pensamento nacional-desenvolvimentista, em geral, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em particular, Fernandes é o fundador da escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), que tem como uma de suas principais marcas, pelo menos entre as primeiras gerações de colaboradores de Fernandes, a crítica e mesmo oposição ao pensamento do Iseb e do nacional-desenvolvimentismo¹. Essas duas correntes de pensamento chegam a conclusões bastante díspares quanto às possibilidades de realização do desenvolvimento nacional soberano.

Em segundo lugar, a trajetória profissional de ambos também é consideravelmente distinta. Rangel, como se mostrará brevemente na seção seguinte, foi funcionário público ao longo de toda a vida, quase sempre em órgãos de planejamento e execução da política econômica e de desenvolvimento dos governos brasileiros. Foi um autodidata em economia, ainda que tenha frequentado cursos formais, como o da Cepal. A produção intelectual de Rangel é marcada pela necessidade de compreender a dinâmica histórica brasileira de modo a elucidar quais as medidas que o Estado brasileiro deveria adotar para atingir os objetivos de desenvolvimento. Fernandes, por outro lado, não menos conectado com os desafios políticos do país, realizou uma trajetória acadêmica por excelência, enfrentando as vicissitudes de sua origem nas classes populares.

A terceira justificativa para a produção deste artigo é a possibilidade de chamar a atenção para a teoria da dualidade de Rangel, ainda pouco lembrada no debate intelectual sobre o Brasil, ao demonstrar como a construção analítica de Florestan Fernandes, autor consagrado nas ciências sociais e na academia, apresenta semelhanças importantes com a teoria da dualidade de Rangel em um de seus principais livros.

Em termos de convergência intelectual entre ambos os autores, certamente a principal é a influência de Marx e também de Lênin. No que diz respeito ao objetivo deste texto, essa convergência se expressa no entendimento do processo histórico como articulação contraditória de formas econômicas e sociais distintas e sua superação engendrada pelo próprio desenvolvimento dessas formas.

Vale destacar que a dissertação de Nogueira (2017) é um dos poucos trabalhos em que se ressaltam semelhanças entre o pensamento de Rangel e Fernandes. O autor destaca a cautela de ambos em relação à aplicação ao caso brasileiro de teorias formuladas em outros contextos históricos e sociais. Os dois autores jamais negam a relevância dessas teorias como ferramentas de análise, porém advogam que não é possível realizar uma mera transplantação dessas teorias para a realidade brasileira. O esforço principal dos dois autores é, portanto, levando em conta as teorias estrangeiras, desenvolver uma teoria própria sobre a realidade brasileira. A originalidade teórica é assim uma necessidade do objeto de estudo.

¹ Fernandes em particular estabelece um debate com o principal sociólogo vinculado ao Iseb, Alberto Guerreiro Ramos. Ver Motta (2000).

Enquanto Rangel é um dos representantes principais do pensamento nacional-desenvolvimentista, em geral, e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), em particular, Fernandes é o fundador da escola de sociologia da Universidade de São Paulo (USP), que tem como uma de suas principais marcas, pelo menos entre as primeiras gerações de colaboradores de Fernandes, a crítica e mesmo oposição ao pensamento do Iseb e do nacional-desenvolvimentismo

Ignácio Rangel



Florestan Fernandes

Em termos das teorias de Rangel e Fernandes propriamente ditas, Nogueira (2017) destaca a presença em ambos do tema da dualidade. A ideia da convivência de formas econômicas arcaicas e modernas gerando um modo específico de processo histórico em que diferentes lógicas de funcionamento se combinam e conformam uma maneira particular de desenvolvimento da economia e da sociedade brasileiras, ainda que assumam características e consequências próprias no pensamento de cada um dos autores, está presente em ambos.

No entanto, como Nogueira (2017) também afirma, o tema da dualidade, com diferentes conteúdos, está presente também no pensamento de outros teóricos da realidade brasileira, como Celso Furtado e Caio Prado Jr. O que o presente trabalho pretende fazer é demonstrar que a interpretação de Fernandes sobre o processo histórico brasileiro tem com a teoria da dualidade de Ignácio Rangel não somente pontos genéricos de contato, mas uma semelhança analítica relevante.

2. ELEMENTOS BÁSICOS DA TEORIA DA DUALIDADE BRASILEIRA DE IGNÁCIO RANGEL

Ignácio de Mourão Rangel nasceu em 20 de fevereiro de 1914 em Mirador, Maranhão. Filho de jurista, teve sua formação inicial em Direito em São Luís do Maranhão. Aos 20 anos, atuando na Aliança Nacional Libertadora (ANL), é preso. No período da prisão, entre 1935 e 1937, dedica-se ao estudo da obra de Marx e Lênin. Nos anos 1950 ocorre sua maior atuação nos órgãos estatais. Participou da assessoria econômica da Presidência da República no segundo governo Vargas e participou da elaboração dos planos de criação da Petrobras e da Eletrobras.

Rangel argumenta que o desenvolvimento histórico do Brasil não é resultado exclusivo das forças transformadoras internas dos modos de produção presentes no país. Parte inseparável da trajetória nacional advém da evolução dos modos de produção que ocorre no centro dinâmico do sistema econômico internacional a que o Brasil está prioritariamente conectado

chegou a afirmar. *A inflação brasileira* (1963), seu livro mais conhecido, é, segundo Rangel, uma aplicação da teoria da dualidade ao problema da inflação. A teoria da dualidade é o objeto central de quatro textos de Rangel: “A dualidade básica da economia brasileira” (1957), “A dinâmica da dualidade brasileira” (1962), “Dualidade e escravismo colonial” (1978) e “A história da dualidade brasileira” (1981). Mas o que precisamente Rangel entende por dualidade básica da economia brasileira?

Rangel argumenta que o desenvolvimento histórico do Brasil não é resultado exclusi-

Com a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), em 1952, passa a atuar no banco. Foi chefe do Departamento Econômico da nova instituição e participou da coordenação do Plano de Metas do governo de Juscelino Kubitschek (JK). Foi também responsável pela cadeira de Economia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros, também criado no governo JK. Rangel foi convidado pelo presidente João Goulart para ser ministro da Fazenda, mas declinou. Nos anos 1960, Rangel passa por graves problemas de saúde, afasta-se do trabalho no BNDE, aposentando-se em seguida, mas nunca deixa de participar dos debates econômicos da instituição.

Rangel não se vinculou a nenhuma instituição acadêmica formal, o que, somado ao seu pensamento independente, nas palavras de Bielschowsky (2000, cap. 7), e à sua retirada do debate público por conta da saúde, lhe rendeu um longo ostracismo até final dos anos 1970. Nos anos 1980 volta a intervir no debate público a respeito das saídas para as turbulências vividas pela economia brasileira no período. Publica em periódicos científicos e na imprensa até sua morte, em 1994, aos 80 anos. Desde a publicação de suas obras reunidas, em 2005, o pensamento de Rangel tem sido objeto crescente de estudos².

A teoria da dualidade da economia brasileira é o eixo central do pensamento de Rangel, como o próprio autor

² Alguns desses trabalhos são: Castro, Bielschowsky e Benjamin (2014); Faro e Sinelli (2014); Holanda, Almada e Paula (2014); Heller (2014); Domingues e Fonseca (2017); Jabbour (2017); Pereira e Carvalho (2019); Espíndola, Cruz e Cunha (2022).

vo das forças transformadoras internas dos modos de produção presentes no país. Parte inseparável da trajetória nacional advém da evolução dos modos de produção que ocorre no centro dinâmico do sistema econômico internacional a que o Brasil está prioritariamente conectado.

A questão chave é que os modos de produção internos do Brasil ao longo da história do país não coincidem temporalmente com os modos de produção do centro dinâmico por meio do qual o Brasil se conecta ao mercado mundial. Assim, forma-se uma divisão no Brasil entre modos de produção distintos existindo concomitantemente. Um deles é o modo de produção estritamente interno do país e o outro é o modo de produção externo, mais avançado, dominante nos países centrais. A essa combinação de dois modos de produção distintos coexistindo no país Rangel denomina “dualidade básica da economia brasileira”.

Na elaboração de Rangel, cada um dos modos de produção forma um polo da dualidade: um polo interno e outro externo. Corresponde a cada polo uma classe dominante. Porém, nenhuma das duas classes representantes de cada polo hegemoniza sozinha a sociedade. Isto é, a dualidade da economia se configura também como uma dualidade na composição de classes da estrutura de poder da sociedade. Em cada dualidade, uma das classes assume a posição de sócia maior (mais poderosa), e a outra, de sócia menor (menos poderosa).

A dinâmica de transformação da dualidade possui também características definidas. A passagem de uma dualidade a outra ocorre pela transformação de somente um dos polos, e não de ambos simultaneamente. A consequência em termos da esfera política é crucial. Como somente um dos polos se altera de uma dualidade a outra, uma das classes sociais da dualidade anterior continuará presente no pacto de poder da dualidade seguinte.

Outra característica da dinâmica da dualidade é o sentido de internalização do modo de produção do polo externo. A conexão com o centro dinâmico do sistema gera os impulsos fundamentais para o desenvolvimento das forças produtivas nos setores mais modernos da economia nacional (chamado polo externo). Isso torna o polo externo o núcleo dinâmico da economia, pressionando as relações sociais de produção dos setores mais antigos (polo interno), até deslocá-lo e substituí-lo.

Essa descrição sumária pode ser mais bem visualizada observando-se como Rangel a demonstra na história brasileira, o que é feito a seguir. Não serão tratados os temas de grande polêmica da historiografia econômica brasileira — como o debate sobre os modos de produção —, que estão também presentes na teoria da dualidade, pois o objetivo do texto é mostrar as semelhanças das abordagens dos dois autores, e não apreciar criticamente a teoria da dualidade.

No Período Colonial, o Brasil ainda não era uma dualidade. A figura 1 abaixo esquematiza o modo de produção desse período³. A classe dominante do Brasil Colônia possui duas dimensões: uma como senhora de escravos, correspondente ao modo de produção fundamental escravismo; e outra como vassala da Coroa portuguesa, correspondendo ao estatuto jurídico e político que a liga à metrópole. Não há, portanto, para Rangel, capitalismo ou burguesia no Período Colonial brasileiro.

A constituição da primeira dualidade ocorre com os eventos que marcam o processo de conquista da autonomia política do país⁴. Esse processo internaliza o capital comercial

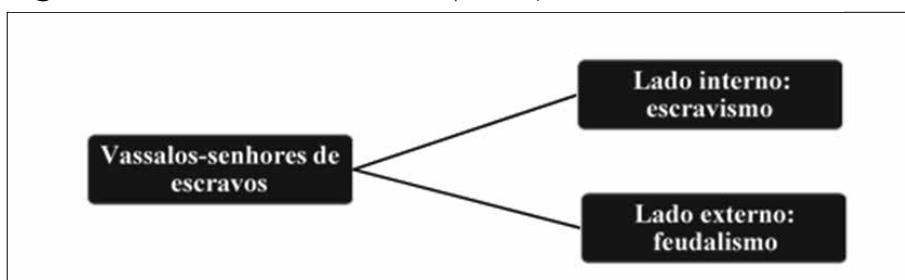
3 Não se abordará o tema dos lados interno e externo de cada polo da dualidade para não tornar mais extensa e complexa a exposição. Não sem prejuízo, espera-se que essa omissão permita ao leitor concentrar-se nos elementos essenciais da comparação da construção analítica dos dois autores.

4 Os marcos são a abertura dos portos (1808), a lei de criação do Reino do Brasil (1815), a Independência (1922) e a abdicação de d. Pedro I (1831).

e, portanto, inaugura a dualidade da economia brasileira com a presença dos modos de produção escravismo e capitalismo mercantil, coexistindo internamente. A figura 2 esquematiza a estrutura da primeira dualidade.

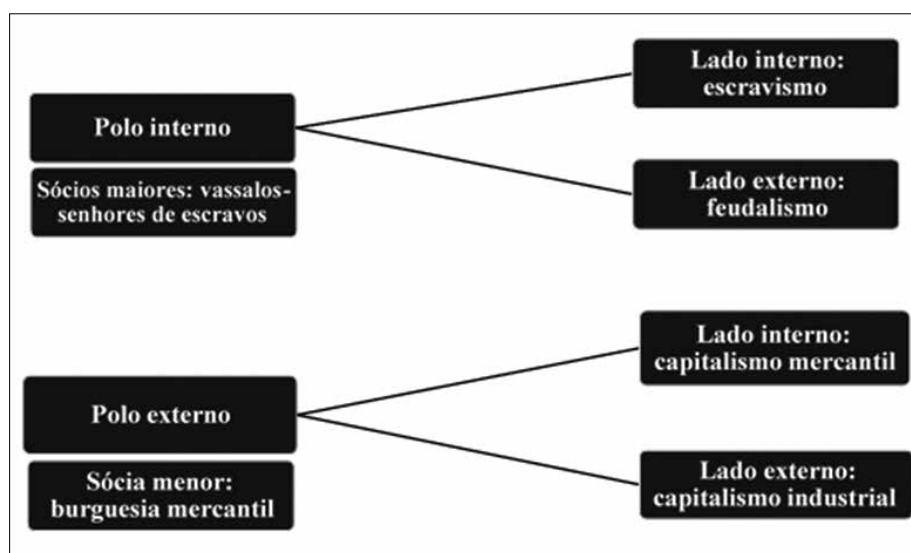
No polo interno está a classe dominante do Período Colonial, que, com a Independência, torna-se a sócia maior do pacto de classes dominantes. A relação social de produção interna, correspondente ao polo interno, mantém-se a mesma do Período Colonial, o escravismo. Surge uma nova classe dominante, dissidência da burguesia comercial portuguesa, como sócia menor na primeira dualidade, representada pelos grandes comerciantes do setor de exportação e importação.

Figura 1 — Estrutura do modo de produção no Brasil Colônia



Fonte: elaboração própria

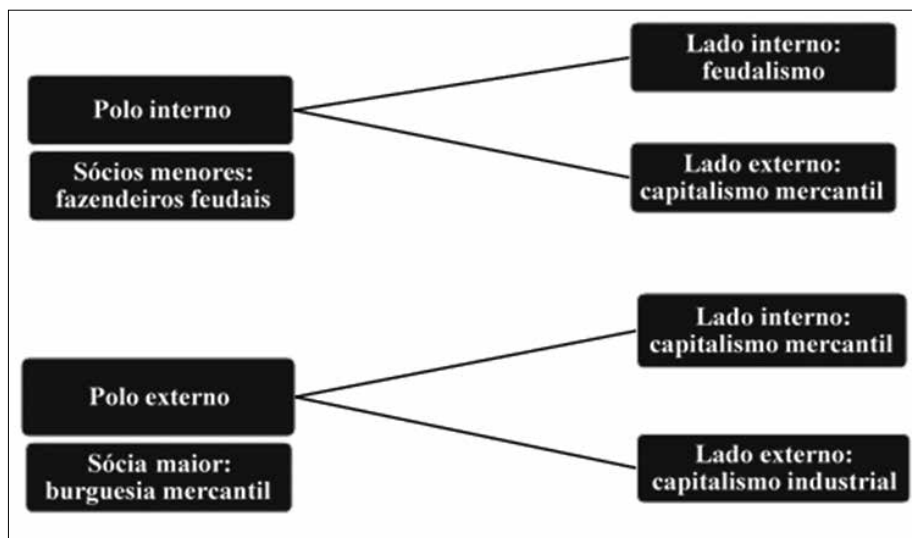
Figura 2 — 1ª dualidade (1815- 1870)



Fonte: elaboração própria

O desenvolvimento do capitalismo industrial nos países centrais e o desenvolvimento do capitalismo mercantil no Brasil geram um desenvolvimento das forças produtivas internas que pressiona a estrutura econômica e política da primeira dualidade, levando à constituição da segunda dualidade, conforme mostra a figura 3.

A segunda dualidade representa a ascensão da burguesia mercantil à condição de sócia maior do pacto de poder. A Abolição e a Proclamação da República são os marcos históricos homologatórios da constituição da segunda dualidade.

Figura 3 —2“ dualidade (1870- 1929)

Fonte: elaboração própria

O polo externo continua o mesmo. A alteração ocorre no polo interno, pela desagregação e superação do escravismo e o conseqüente desaparecimento da classe de senhores de escravos. Rangel destaca que a instauração paulatina do trabalho livre, mesmo antes da Abolição, ocorre não por meio do assalariamento tipicamente capitalista, mas por formas de parceria e pagamentos *in natura*, por isso denominados por ele de feudalismo.

A nova classe dominante do polo interno agora é a sócia menor, representada pelos fazendeiros feudais. Assim como os antigos senhores de escravos, os fazendeiros feudais também possuem duas naturezas: uma interna, correspondente à função exercida em suas propriedades rurais, e outra externa. Internamente, a relação social de produção básica é feudal⁵, mas externamente essa classe assume a função de comerciante no mercado internacional.

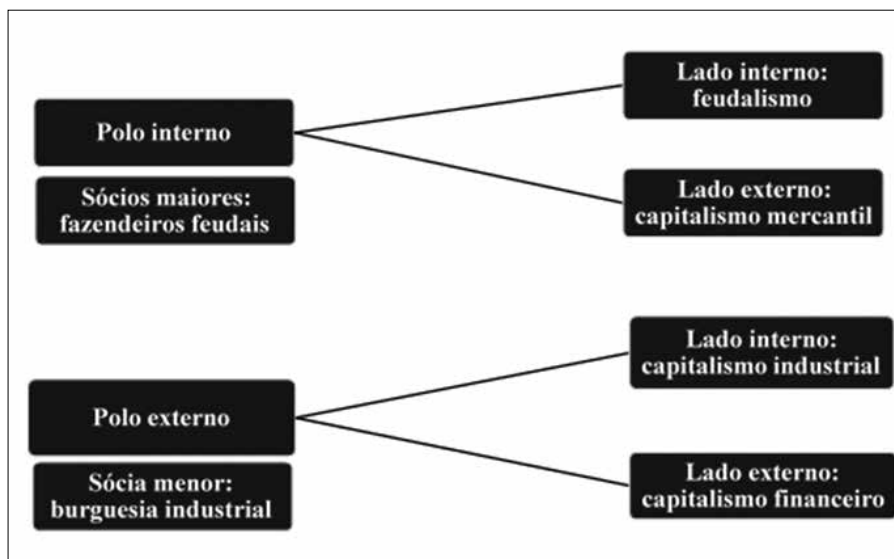
O desenvolvimento urbano resultante da expansão do complexo cafeeiro, a hegemonia do capital monetário e industrial inglês, os efeitos indutores do crescimento industrial interno decorrentes da Primeira Guerra Mundial, a crise de 1929 e a Revolução de 1930 abrem a terceira dualidade, esquematizada na figura 4.

Na passagem da segunda para a terceira dualidade, a alteração ocorre no polo externo. O capitalismo industrial antes presente apenas no centro dinâmico do sistema, ou seja, fora do Brasil, passa a compor a dualidade da economia do país. A nascente burguesia industrial adentra o pacto de poder como sócia menor. Importante destacar que durante a terceira dualidade ocorre a industrialização do país, porém não é a burguesia industrial a classe hegemônica. Os sócios maiores são os fazendeiros feudais das outras regiões do país, que abri-

⁵ Provavelmente um dos temas mais controversos da teoria da dualidade é a afirmação da existência de feudalismo no Brasil. Rangel em nenhum momento afirma ter se replicado no Brasil o feudalismo português ou europeu. A questão é pôr em primeiro plano a natureza não capitalista das relações sociais no setor agrário, para o que não basta a caracterização de pré-capitalistas, como em geral ocorre na historiografia. Outros trabalhos, como os realizados por Costa (1997) e Martins (2010), corroboram a interpretação de Rangel quanto à presença maciça de relações sociais de produção não capitalistas no período de desagregação e abolição da escravidão.

ram uma dissidência com os fazendeiros exportadores do setor de café e os retiraram do pacto de poder aberto com a Revolução de 1930.

Figura 4 —3ª dualidade (1829- 1973)



Fonte: elaboração própria

Por fim, outra alteração crucial que ocorre na terceira dualidade é a substituição do país que representa o centro dinâmico do sistema. Essa posição deixa de ser ocupada pela Inglaterra e passa a ser ocupada pelos Estados Unidos.

A seguir, passa-se à demonstração das semelhanças entre a teoria da dualidade da economia brasileira de Rangel e a estrutura analítica desenvolvida por Fernandes em *A revolução burguesa no Brasil*.

3. NATUREZA NÃO CAPITALISTA DO BRASIL COLÔNIA E CONSEQUÊNCIAS IMEDIATAS DA INDEPENDÊNCIA

Preliminarmente é preciso registrar que na extensa bibliografia citada por Fernandes em seu livro constam nada menos que seis textos de Rangel. Entre eles, “Dinâmica da dualidade brasileira” (1962), o texto mais recente de Rangel sobre sua teoria até a publicação do livro de Florestan Fernandes. Além desse, constam outros textos fundamentais de Rangel, como “Recursos ociosos na economia brasileira” (1960) e “A inflação brasileira” (1963).

Logo no início de *A revolução burguesa no Brasil*, Florestan Fernandes rebate a interpretação de que o senhor de engenho do Período Colonial no Brasil pudesse ser identificado como “burguês” (FERNANDES, 2006, p. 32). O motivo pelo qual essa identificação é incorreta deriva de que o senhor de engenho não está ligado diretamente ao mercado europeu, pois essa ligação era feita pelos agentes da mercantilização, isto é, do comércio. O senhor de engenho se vincula ao sistema somente pela produção realizada pelo trabalho escravo. Diz Fernandes: “Nesse sentido, ele [o senhor de engenho] ocupa uma posição marginal no processo de mercantilização da produção agrária e não era nem poderia ser o antecessor do empresário moderno.” (FERNANDES, 2006, p. 32)

Fernandes refuta a ideia de que a ausência de mobilização de massas, a condução do processo pela Coroa portuguesa e a não alteração da ordem social interna tiram o conteúdo revolucionário da Independência. Para ele, o que garante esse conteúdo é o fim do estatuto colonial e o começo da sociedade nacional

Essa separação fundamental entre esfera da produção e esfera da circulação e as consequências para os respectivos agentes sociais protagonistas de cada uma já permitem um diálogo com a teoria da dualidade de Ignácio Rangel. A dualidade se estrutura para Rangel justamente por estar a economia brasileira ligada ao centro do sistema por meio de relações sociais que se apresentam de um modo na esfera interna de produção e de outro na conexão entre a economia nacional e o centro. Rangel define o agente da classe dominante interna do Período Colonial como vassalo-senhor de escravos. Na esfera da produção é um senhor de escravos, e na relação jurídica com a metrópole é um vassalo.

Nisso também há clara semelhança com Fernandes, quando este diz: “Uma das consequências dessa condição [de senhor de engenho] consistia em que ele próprio, malgrado seus privilégios sociais, entrava no circuito da apropriação colonial como parte dependente e sujeita a modalidades inexoráveis de expropriação controladas fiscalmente pela Coroa [...]” (FERNANDES, 2006, p. 33)

Fernandes conclui categoricamente: “No conjunto, nada justificaria assimilar o senhor de engenho ao ‘burguês’, e é um contrassenso pretender que a história da burguesia emerge com a colonização.”⁶ (FERNANDES, 2006, p. 33)

Superado o Período Colonial, Fernandes (2006, p. 49) afirma que a Independência “constituiu a primeira grande revolução social que se operou no Brasil”. Para o autor, portanto, a Independência tem um grande significado histórico para a evolução socioeconômica do país. Fernandes refuta a ideia de que a ausência de mobilização de massas, a condução do processo pela Coroa portuguesa e a não alteração da ordem social interna tiram o conteúdo revolucionário da Independência. Para ele, o que garante esse conteúdo é o fim do estatuto colonial e o começo da sociedade nacional. É a internalização da organização do poder estatal. Em termos estritamente econômicos, “a Independência, rompendo o estatuto colonial, criou as condições de expansão da ‘burguesia’ e, em particular, de valorização social do ‘alto comércio’” (FERNANDES, 2006, p. 34).

Nas passagens citadas acima, a semelhança com a teoria da dualidade de Rangel é novamente notada. Para Rangel, o processo da Independência foi responsável por consti-

⁶ Essa afirmação claramente é uma demarcação contrária à interpretação desenvolvida por Caio Prado Jr. (2014) quanto à natureza capitalista do Brasil em virtude da conexão da colônia com a metrópole por meio do comércio. Ao contrário de Rangel, porém, Fernandes não afirma ter existido feudalismo no Brasil. Para uma referência contemporânea do debate sobre feudalismo e capitalismo no Brasil, ver Lima (2008).

tuir o polo externo da dualidade brasileira, sendo que a figura representante desse polo na estrutura econômica interna é a burguesia mercantil. O polo interno se mantém o mesmo no Período Colonial, caracterizado pela relação social escravista. A Independência instaura o que Rangel denomina de “relações externas de produção”, proposição teórica inovadora.

Entretanto, Fernandes afirma que o não questionamento da ordem colonial, e sim de seus efeitos em termos de quem controlava o poder, fez da Independência um processo simultaneamente revolucionário e conservador. Em síntese: “O estatuto colonial foi condenado e superado como estatuto jurídico-político. O mesmo não sucedeu com o seu substrato material, social e moral, que iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional.” (FERNANDES, 2006, p. 51)

Um elemento importante nessa passagem é que a esfera jurídico-política se adianta à esfera econômica, de modo que se abre a possibilidade da convivência entre temporalidades distintas das diferentes dimensões de um modo de produção. A consequência dessa “contemporaneidade no não-coetâneo”, nas palavras de Rangel, é a existência simultânea de diferentes modos de produção com uma classe social dominante em cada um. O resultado, em termos da formação da sociedade brasileira, é que ela terá de se erigir sobre essa base heterogênea de alto a baixo. É a esse mesmo resultado que Fernandes se refere quando afirma que a dimensão não modificada do Período Colonial “iria perpetuar-se e servir de suporte à construção de uma sociedade nacional” (FERNANDES, 2006, p. 51).

Fernandes (2006, p. 56) argumenta que a própria estrutura do poder se divide após a Independência em decorrência de seu caráter simultaneamente revolucionário e conservador. O domínio do estamento senhorial na esfera da produção, baseada na escravidão, continua a reproduzir o modelo patrimonialista. Porém o poder central passa a organizar-se por meio da ordem legal. Diz Fernandes que assim se estabeleceu “uma dualidade estrutural entre as formas de dominação consagradas pela tradição e as formas de poder criadas pela ordem legal” (FERNANDES, 2006, p. 56).

Essa nova situação da estrutura de poder traz a dualidade inclusive para a posição ocupada pelos indivíduos que nela se movem politicamente. Para caracterizar essa dimensão individual da dualidade, Fernandes denomina os membros do estamento senhorial de “senhores-cidadãos”.

Para Rangel, a dualidade se manifesta em todas as instituições fundamentais da sociedade, pois elas são condicionadas pela dualidade básica da economia. Fernandes, como dito, chega até a expressar o caráter dual da posição na estrutura política dos indivíduos membros das classes dominantes: por um lado, senhores, por conta de sua posição no interior de suas propriedades rurais, e, por outro, cidadãos, por conta das novas configurações adquiridas pelas estruturas de poder públicas após a Independência.

Ainda que seja de conteúdo distinto, é difícil não reconhecer a semelhança dessa construção analítica com a proposição de Rangel dos “vassalos-senhores de escravos”, se referindo à natureza dual dos indivíduos que tinham poder de Estado em suas propriedades rurais, mas eram simultaneamente vassalos da Coroa portuguesa.

4. DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL COMERCIAL

O momento inicial do surgimento da ordem competitiva advém, para Fernandes, da necessária diferenciação de funções econômicas internas do país para servir à nova posi-



Ilustração de Ângelo Agostini para a revista *Don Quixote*, n° 09 de 1895 retrata o restabelecimento das relações entre Portugal e Brasil no mesmo ano

ção do comércio exterior após a Independência. Os senhores-cidadãos, antes voltados para o interior de seus domínios, passam a ter de lidar com outras etapas do sistema econômico, gerando um conjunto de profissões liberais urbanas em que prevalece o “sistema competitivo”.

A autonomia política não foi acompanhada de alterações das relações sociais de produção porque o interesse dos países do centro dinâmico, notadamente a Inglaterra, era tão somente desbloquear o fluxo de bens tropicais. No plano interno, porém, o que antes era absorvido pela colônia como tributo passa a ser captado pelos agentes estrangeiros que assumem as funções de comercialização dos produtos. Os senhores rurais não tinham poder econômico suficiente para assumir essas funções.

Por conta disso, Fernandes argumenta que é a burguesia comercial estrangeira, e não os senhores rurais, a classe hegemônica no período pós-Independência. Fernandes afirma, nos termos utilizados por Rangel, que a aristocracia agrária foi posta na posição de “sócia menor” (FERNANDES, 2006, p. 116) da burguesia comercial estrangeira. Para o autor, a hegemonia da burguesia comercial, importadores estrangeiros, se deve a que somente esta possuía os recursos financeiros e políticos necessários para conectar os produtos locais aos mercados dos países centrais.

No esquema teórico proposto por Rangel, as classes dominantes estrangeiras, ainda que obviamente influenciem os rumos da economia local, não são incluídas no pacto de poder do país. Para Rangel, o pacto de poder que se constitui com a Independência envolve os senhores de escravos como sócios maiores e a burguesia comercial interna, dissidência da burguesia comercial portuguesa, como sócia menor. Essa formulação, contudo, está em sintonia com a interpretação de Fernandes, pois este ressalta a natureza de sócios menores dos “estamentos intermediários” no período que se segue à Independência, entre os quais estão os grandes comerciantes vinculados diretamente aos negócios de importação (FERNANDES, 2006, p. 189). A despeito das especificidades das interpretações, o fundamental é que para ambos os autores a hegemonia política é dividida entre duas classes que refletem os polos dinâmicos da economia local.

Fernandes afirma que as novas relações econômicas estabelecidas no complexo econômico vinculado ao setor externo, ainda que se constituindo em uma nova dependência, seriam “o verdadeiro ponto de partida da maior liberdade e de maior independência na

esfera econômica” (FERNANDES, 2006, p. 120). São os capitais acumulados no setor agrário e não reinvestidos nesse setor que formam o motor do desenvolvimento econômico interno ainda no Império. O núcleo do impulso capitalista local estava no capital comercial.

Para Fernandes, essa nova etapa corresponde à constituição das condições de expansão do “espírito burguês” que viria a superar as condições coloniais herdadas. Essa superação era possível por conta da baixa dependência da nova burguesia mercantil urbana em relação à aristocracia agrária. Seu sucesso econômico dependia da expansão dos empreendimentos econômicos vinculados à diferenciação crescente das atividades urbanas (FERNANDES, 2006, p. 125).

Nesse ponto, Fernandes se aproxima novamente de Rangel ao mostrar o surgimento de uma burguesia interna, classe nova e sem hegemonia política, como consequência da Independência. Também se aproxima dele ao deixar claro que a modalidade de capitalismo a surgir no espaço urbano é a mercantil. Ou seja, o processo desencadeado pela Independência internaliza o capitalismo mercantil, todavia sem destruir o escravismo. Tanto para Fernandes quanto para Rangel, como se verá a seguir, é somente como desdobramento lógico e histórico do capital comercial que surgirá o capital industrial⁷.

5. MUDANÇAS TRAZIDAS PELO DESENVOLVIMENTO DO SETOR CAFEIEIRO E SURGIMENTO DA INDÚSTRIA

O desenvolvimento do setor cafeeiro gera um impulso que acentua as transformações abertas com a Independência e engendra novas contradições, que deverão ser resolvidas historicamente, como a superação da relação social escravista.

Fernandes (2006, p. 200) afirma que o crescimento urbano e a internalização da atividade comercial de importação e exportação geram um dinamismo econômico novo. O setor agrário tradicional, ainda que responsável original por esse dinamismo, não será capaz de submetê-lo à sua lógica. Pelo contrário, o setor novo aos poucos irá inoculando sua lógica de funcionamento no setor antigo. Ou seja, ainda que o setor novo sofra as pressões de adaptação feitas pelo setor agrário tradicional, ele é um elemento que empurra para a frente a dinâmica econômica interna do país.

Essa interpretação guarda grande similaridade com a de Rangel. Para este, a internalização de um modo de produção que existia somente nos países centrais significa a formação de um novo polo econômico interno. Mais que isso, Rangel argumenta, a partir de sua teoria da dualidade, que o desenvolvimento das forças produtivas nacionais gerado pelo dinamismo do novo polo impõe a superação histórica, realizada por um longo processo, do polo antigo. Para Rangel, a internalização do capitalismo mercantil provocada pela Independência levou a um desenvolvimento das forças produtivas internas até a superação do modo de produção baseado no trabalho escravo e à ascensão da burguesia comercial como classe hegemônica, após a Proclamação da República.

Se é transparente em Rangel a noção de que quando ocorre o encontro de um modo de produção superior com um inferior desencadeia-se um processo de convívio conflituoso

⁷ A origem do capital industrial no Brasil é um ponto polêmico e relevante. Rangel e Florestan demonstram que, tanto lógica quanto historicamente, o capital industrial no Brasil surge do desenvolvimento e transformação do capital comercial. Isso diferencia esses dois autores de outros como Melo (1998, p. 104), que afirmam ter ocorrido uma transferência direta de capitais do setor agrário para o setor industrial.



Carregadores embarcam sacas de café para exportação no Porto de Santos (SP), 1902

em que o sentido geral, no decurso de disputas profundas, é a superação do modo de produção antigo pelo novo, isso também aparece nestas passagens de Fernandes:

Esse processo estava na “lógica da situação”; pois, no final das contas, o sistema econômico mais complexo e avançado era o que nascera nas cidades [...] e ele tinha de prevalecer sobre o outro (solapando as bases de sua autonomia e preponderância) (FERNANDES, 2006, p. 201).

E acrescenta:

Aquele mercado podia crescer e tornar-se, por sua vez, a fonte de classificação econômica e social dos vários estratos em presença, destruindo, por sua existência, as funções classificadoras da ordem escravocrata e senhoria, engendrando dinamicamente um “regime de classes”. Isso acabou acontecendo. Não por omissão dos estamentos senhoriais e de suas elites, mas porque eles não podiam *estancar a história*: optando pela emancipação política, escolheram o capitalismo como alternativa ao “infame pacto colonial” e tinham de confrontar-se com o destino (e sobressaltos) que ele lhes reservava (FERNANDES, 2006, p. 204, grifos originais).

É importante registrar uma distinção relevante entre Rangel e Fernandes a respeito dessa convivência contraditória de diferentes modos de produção. Ainda que ambos afirmem que o sentido histórico geral seja a superação do modo de produção inferior pelo superior, em Fernandes o primeiro molda o último por contado poder das velhas classes dominantes em luta para defender seus interesses. Além disso, a classe dominante representante do modo de produção superior reproduz as formas de dominação da antiga classe dominante, perpetuando-as. Há, portanto, para Fernandes, uma síntese entre os modos de produção em confronto, em que o convívio de contrários cede lugar a uma harmonia de interesses oligárquicos, atando “o presente ao passado como se fosse uma cadeia de ferro” (FERNANDES, 2006, p. 200).

Em Rangel, o convívio de modos de produção distintos e que se interpenetram não gera uma perpetuação do modo de produção antigo no interior das novas formas. Ainda que o processo histórico de superação seja longo e gradativo — visto que a classe dominante

representativa do modo de produção inferior é paulatina, e não sumariamente, excluída do pacto de poder —, os diferentes modos de produção continuam em permanente contradição.

Fernandes (2006, p. 133-134) apresenta uma interpretação muito rica do desenvolvimento da contradição entre, por um lado, o descolamento de capitais do setor agrário exportador para o setor comercial e financeiro e, por outro lado, a ordem política que sustentava a dominação da aristocracia agrária. O setor agrário era o setor que ditava o dinamismo econômico do sistema, mas, ao fazê-lo, engendrava a superação de sua própria hegemonia econômica e política, que irá ocorrer na década de 1880.

Mais importante ainda, os fazendeiros paulistas que não se prenderam ao domínio senhorial nos moldes do senhor de engenho seguido pelo “barão do café” caminharam empurrados pela história, e operaram a transformação da unidade produtiva senhorial em empreendimento comercial agrícola estrito, voltado às necessidades do comércio exterior (FERNANDES, 2006, p. 135).

Sobre esse ponto, Fernandes se refere às mudanças comportamentais dos senhores rurais do café resultantes das imposições do mercado mundial, que os impelia a uma racionalização da produção ainda sob a relação de produção escravista. Essas imposições aos poucos aprofundavam a contradição entre a ordem colonial e as novas condições de manutenção do poder e prestígio da classe dominante rural.

Nos termos da teoria da dualidade de Rangel, é o desenvolvimento do capitalismo industrial dos países centrais no século XIX que arrasta o Brasil para atender a suas próprias necessidades, provocando paulatinamente o desenvolvimento das forças produtivas. Assim, torna obsoletas as relações sociais de produção internas mais antigas, impulsiona um deslocamento para fora do poder estatal das classes sociais dominantes presas a elas e propicia a ascensão de novas classes dominantes. Esse processo provoca a mutação do senhor de escravos do café em fazendeiro comercial.

A política de defesa do café da Primeira República retrata o controle da burguesia mercantil agrária sobre os aspectos comerciais e financeiros de sua atividade. Fernandes (2006, p. 143) afirma que esse controle seria impensável para a classe dominante agrária típica do período anterior, restrita à esfera da produção interna das propriedades rurais. Essa é a expressão principal do caráter comercial dessa classe e de sua hegemonia sobre o Estado na nova fase. A formação dos bancos, em conjunto com a política de defesa do café, é, segundo Fernandes (2006, p. 145), o resultado notório da confluência do capital originado na lavoura com o capital financeiro e comercial.

Ainda na Primeira República, outro tema em que há semelhanças entre os autores é a origem do capital industrial. Fernandes põe o imigrante no centro do surgimento da indústria de transformação no Brasil. Diz o autor:

Tornou-se [o imigrante], assim, simultaneamente, o principal agente econômico da primeira tendência definida e consistente de substituição de importações, um agente econômico privilegiado nas fases iniciais de concentração do capital industrial e o herói da industrialização (FERNANDES, 2006, p. 161).

Fernandes argumenta que a situação de baixa monetização da fazenda em que os imigrantes trabalhavam impunha ao fazendeiro que lhes pagasse parte da remuneração na forma de bens. Soma-se a esse pagamento *in natura* a produção própria para si a que o imigrante tinha direito no regime de parceria. Como resultado, o imigrante detinha bens agrí-

colas que lhe permitiam entrar no circuito comercial. Daí em diante, por um caminho duro em que poucos tinham sucesso, conseguia alcançar um acúmulo de capital suficiente para se estabelecer como comerciante e, nos casos de maior sucesso, como industrial.

Há duas convergências importantes entre Fernandes e Rangel nesse tema. A primeira é o apontamento do papel importante da relação social entre fazendeiro e imigrante, baseada na parceria e não na forma salarial tipicamente capitalista, na passagem do regime de trabalho escravo para o livre. A segunda é a demonstração da origem do capital industrial pela ação do capital comercial e do imigrante, e não simplesmente pela transferência de capitais do setor cafeeiro para o industrial.

Fernandes defende explicitamente a tese de que o Brasil passa por uma fase de capitalismo comercial antes de alcançar o capitalismo industrial, como ocorreu com os países centrais:

Aqui, guardadas as proporções, os efeitos constitutivos do mercado capitalista moderno são comparáveis ao que ocorreu na evolução das economias centrais. O capitalismo comercial aparece primeiro e atinge, com o tempo, um nível de concentração que o converte em patamar para o aparecimento do capitalismo industrial (FERNANDES, 2006, p. 279-280).

Portanto, o capital na forma monetária utilizado para o financiamento dos empreendimentos industriais tinha, naturalmente, origem na acumulação do setor cafeeiro, por ser este setor o mais dinâmico e o que direciona maiores volumes de dinheiro para o sistema bancário. Porém, a existência de demanda empresarial para esse capital deriva do desenvolvimento do capital comercial.

6. CAPITALISMO INDUSTRIAL SOB HEGEMONIA DOS INTERESSES AGRÁRIOS

Fernandes (2006, p. 239) sugere um “período de referência” para a chegada ao Brasil da sociedade de classes, ou era burguesa. Não é com o fim do trabalho escravo em 1888 ou com a Proclamação da República no ano seguinte que esse regime é alcançado. Essas datas são o início de uma fase de transição, ainda “sob hegemonia da oligarquia”. Nos eventos que se desenrolam na década de 1920 é que o regime burguês se aproxima de sua consolidação. Fernandes, ainda que não defina essa fase de transição como de hegemonia da burguesia comercial, afirma que “o comércio vem a ser seu ponto de encontro e a área que define seus interesses comuns” (FERNANDES, 2006, p. 240).

Rangel advoga em sua teoria da dualidade que o período que compreende a desagregação do trabalho escravo, da Abolição e a Proclamação até a Revolução de 1930, a segunda dualidade, é hegemônico pela burguesia comercial, sendo esta composta pelos fazendeiros comerciantes do setor exportador de café e os grandes importadores. A burguesia industrial, nessa fase, ainda não se apresenta na esfera pública como força moldadora da sociedade e do Estado.

Sobre o período que compreende o fim da Primeira Guerra Mundial, marcando um primeiro momento de fortalecimento do setor industrial, e o golpe de 1964, Fernandes (2006, p. 361) não considera que há um deslocamento das velhas oligarquias pelas novas classes, e sim uma acomodação em que a antiga oligarquia se mantém como parte da composição de classes dominantes à frente do Estado. Nesses termos, a Revolução de 1930,



Imigrantes europeus, incluindo crianças, trabalham em lavoura de café no interior de São Paulo. Início do séc. XX

ainda que Fernandes assim denomine esse evento histórico, não significa nenhuma ruptura estrutural com o passado. Diferentemente da sua interpretação a respeito da relevância da revolução da Independência. Como consequência, a periodização da história brasileira desde o início do século XIX proposta por Fernandes não tem na Revolução de 1930 um marco. Antes e depois, tem-se o capitalismo competitivo.

Essa interpretação aparentemente subestima os efeitos para a evolução do capitalismo e da sociedade brasileiras resultantes da derrota da oligarquia do café para a aliança entre setores agrários de outras regiões, classe média urbana e burguesia industrial ocorrida com a Revolução de 1930. Subestima também, em contradição com a própria visão de Fernandes a respeito do papel decisivo do movimento internacional do capitalismo sobre o país, os efeitos da crise de 1929 e das disputas geopolíticas da década seguinte, com a ascensão do fascismo na Europa e as consequências da Segunda Guerra Mundial.

A Revolução de 1930 marca um passo fundamental da história brasileira, pois pela primeira vez a oligarquia agrária exportadora e os setores do comércio de importação são deslocados da sua posição hegemônica. Economicamente, são os eventos em torno dessa alteração de composição entre as frações de classes dominantes e da crise de 1929 que dispararam um movimento inédito da economia brasileira, em que o setor urbano industrial passa a ter dinamismo próprio e constituir-se no principal motor da dinâmica econômica interna. É o momento de internalização do capital industrial, como fora a Independência o momento de internalização do capital comercial, como afirma o próprio Fernandes.

Essas duas novidades históricas são mais que suficientes para tornar a Revolução de 1930 um divisor entre as trajetórias anterior e posterior da economia brasileira. O ponto em que Fernandes tem razão é que, como ocorreu nas transições anteriores, o deslocamento das antigas frações de classes hegemônicas não é total. O novo pacto de poder as carrega em seu interior, porém em novas posições. Como explicou Rangel, a classe dominante agrária não cafeeira torna-se a classe dominante a partir de 1930, na terceira dualidade. Logo, a burguesia industrial não impõe seu programa livremente, pelo contrário, ele é moldado pelos interesses de dominação pré-capitalista dos setores agrários agora hegemônicos.



Getúlio Vargas (ao centro) posa para foto na estação ferroviária de Itararé (SP) ao lado de militares que o apoiavam durante a Revolução de 1930

O que aparentemente Fernandes não considera com centralidade e é fundamental em Rangel para compreender a transição ao capitalismo industrial pós-1930 é a divisão feita por Rangel entre burguesia agrária voltada para o mercado externo, setor do café, e burguesia agrária feudal, voltada ao mercado interno. Essa divisão no interior das classes dominantes agrárias é o elemento decisivo para a eclosão da Revolução de 1930 e, assim, para a chegada, como sócia menor, da burguesia industrial ao poder. Portanto, o conteúdo restrito da instituição da ordem burguesa não se deve, em Rangel, a uma suposta escolha do atraso pela burguesia industrial, e sim à sua posição subordinada no pacto de poder entre ela e a fração agrária que derrota o setor agrário exportador.

Essa divisão entre as classes dominantes agrárias, porém, não está de todo ausente em Fernandes. Em uma passagem, Fernandes considera a divisão entre as oligarquias regionais tradicionais como elemento das disputas que se acentuam ao longo da Primeira República:

os industriais de São Paulo e Rio de Janeiro são comumente lembrados, mas não se deveria esquecer a pressão que provinha das oligarquias “tradicionais” dos estados em relativa ou franca estagnação econômica (FERNANDES, 2006, p. 245).

Reporta-se abaixo uma longa passagem que mostra a proximidade entre a interpretação de Fernandes sobre a presença dos interesses “agrários” na moldagem da dominação burguesa e a composição da terceira dualidade de Rangel, em que a burguesia industrial se torna sócia menor das classes dominantes agrárias descoladas da oligarquia do café. Sobre a “consolidação conservadora da dominação burguesa”, afirma Fernandes:

Foi graças a ela que a oligarquia — como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou os *altos negócios*, comerciais-financeiros mas também industriais) — logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa [...] poderíamos dizer que se constitui uma *nova aristocracia* e que foi a oligarquia (“antiga” ou “moderna”) — e não as classes médias ou os industriais — que decidiu, na realidade,

As conclusões dos autores são muito distintas. Enquanto Rangel acreditava que o processo histórico sob coordenação estatal levaria ao fim da dualidade brasileira, com a internalização do modo de produção mais avançado presente nos países centrais, Fernandes entendia que, sob as condições do capitalismo dependente, era impossível o desenvolvimento efetivamente nacional e democrático

o que deveria ser a dominação burguesa. Senão idealmente, pelo menos na prática (FERNANDES, 2006, p. 246).

A proximidade entre Fernandes e Rangel nessa passagem está na ascendência dos interesses da oligarquia agrária sobre a burguesia industrial durante o processo de industrialização do país.

7. A TÍTULO DE CONSIDERAÇÃO FINAL: DIFERENTES CONCLUSÕES, SEMELHANÇAS ANALÍTICAS

A capacidade e os limites do Estado brasileiro de agir a favor do desenvolvimento nacional é tema crucial para ambos os autores e serve para demonstrar que, a despeito das conclusões opostas a que chegam, ainda assim as estruturas analíticas em que se baseiam apresentam semelhanças. Em uma das passagens em que Fernandes expressa uma demarcação crítica com o pensamento nacional-desenvolvimentista, ele afirma:

O Estado não tem nem pode ter, em si e por si mesmo, um poder real e uma vocação inflexível para o nacionalismo econômico puro. Ele reflete, historicamente, tanto no plano econômico quanto no plano militar e político, os interesses sociais e as orientações econômicas ou políticas das classes que o constituem e o controlam (FERNANDES, 2006, p. 306).

Essa visão é correta — ainda que Florestan refute, a nosso ver equivocadamente, a dimensão progressista do nacional-desenvolvimentismo e se refira às possibilidades de afirmação nacional e democrática em disputa na sociedade brasileira entre 1945 e 1964 como ilusões alimentadas pela ideologia burguesa.

Rangel, por outro lado, sobrevaloriza a autonomia relativa do Estado e sua capacidade de conduzir a economia brasileira pelo caminho mais adequado para o desenvolvimento nacional autônomo. É uma visão que nos parece estar em contradição com a própria teoria da dualidade do autor, em que a interação entre os modos de produção e entre as classes dominantes conforma a substância do Estado em cada etapa. Logo, as possibilidades de o Estado realizar ou não um projeto de desenvolvimento nacional soberano não estão desvinculadas de sua composição de classes. Desse modo, a teoria de Rangel tenderia a se tornar analiticamente mais poderosa se essa superautonomia relativa do Estado, de inclinação hegeliana⁸, fosse extraída. E, nesse caso, a abordagem dos dois autores teria mais uma área de interseção.

Ainda assim, analiticamente, para Florestan Fernandes, os limites para o desenvolvimento capitalista no Brasil assumir um caráter nacional e democrático decorrem da dupla articulação da economia brasileira, com o passado oligárquico e com os países centrais dominantes, que mantém o Brasil em situação de dependência. Essa estrutura de análise também é muito semelhante à teoria da dualidade de Rangel, pois, para este autor, as transições pelas quais passaram a economia e a sociedade brasileiras possuem a característica de responder sempre a duas ordens de mudança, uma com o setor e classe representantes do modo de produção mais retrógrado em termos de relações sociais de produção, e a outra com o país e modo de produção hegemônicos no plano internacional.

Como já dito, as conclusões dos autores, entretanto, são muito distintas. Enquanto Rangel acreditava que o processo histórico sob coordenação estatal levaria ao fim da dualidade brasileira, com a internalização do modo de produção mais avançado presente nos países centrais, Fernandes entendia que, sob as condições do capitalismo dependente, era impossível o desenvolvimento efetivamente nacional e democrático.

Ressalta-se assim que, apesar dessa diferença relevante nas conclusões dos autores, as teorias da dinâmica da economia e da sociedade brasileiras que ambos constroem para sustentar suas análises apresentam semelhanças incontestes.

* Economista, mestre e doutorando em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Sua pesquisa se concentra nos temas do financiamento do desenvolvimento, economia brasileira contemporânea e financeiraização. Ex-professor voluntário de Macroeconomia I na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Economista consultor do Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Ex-chefe de gabinete da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais. *E-mail*: diogo-santos@cedepplar.ufmg.br

⁸ Sobre a presença da ideia hegeliana de Estado em Rangel, ver Mercadante (1998).

► Texto recebido em 18 de janeiro de 2022; aprovado em 27 de janeiro de 2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

CASTRO, Márcio Henrique Monteiro de; BIELSCHOWSKY, Ricardo; BENJAMIN, César. Notas sobre o pensamento de Ignácio Rangel no centenário de seu nascimento. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 34, n. 4, p. 527-543, 2014.

COSTA, Emília Viotti da. **Da senzala à colônia**. Editora Unesp, 1997.

DOMINGUES, Fabian Scholze; FONSECA, Pedro Dutra. Ignácio Rangel, a correção monetária e o Paeg: recontando a história. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 47, n. 2, p. 429-458, 2017.

ESPÍNDOLA, José Carlos; CRUZ, Wander Luis de Melo; CUNHA, Roberto César da. A “perifericidade” do Brasil e a dependência tecnológica em Ignácio Rangel. **Princípios**, São Paulo, v. 41, n. 165, p. 76-96, set.-dez. 2022.

FARO, Luiz Cesar; SINELLI, Mônica. **Ignácio Rangel: elogio à ousadia**. Curitiba: Insight, 2014.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.

HELLER, Claudia. **A “pré-dualidade” e o “fim da dualidade básica” à luz de Ignácio Rangel e alguns de seus intérpretes**. In: SEMINÁRIO EM HISTÓRIA E METODOLOGIA DA ECONOMIA, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FEA-USP, 2014. Disponível em: <www.researchgate.net/profile/Claudia-Heller-2/publication/268078336_A_PRE-DUALIDADE_E_O_FIM_DA_DUALIDADE_BASICA_A_LUZ_DA_DE_IGNACIO_RANGEL_E_ALGUNS_DE_SEUS_INTERPRETES/links/54614d8e0cf27487b45272c1/A-PRE-DUALIDADE-E-O-FIM-DA-DUALIDADE-BASICA-A-LUZ-DA-DE-IGNACIO-RANGEL-E-ALGUNS-DE-SEUS-INTERPRETES.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2023.

HOLANDA, Felipe Macedo; ALMADA, Jhonatan Uelson Pereira; PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de (Org.). **Ignácio Rangel, decifrador do Brasil**. São Luís: Edufma, 2014.

JABBOUR, Elias. O marxismo e outras influências sobre o pensamento de Ignácio Rangel. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. 3, p. 561-583, 2017.

LIMA, Airton Souza. Caio Prado Jr. e a polêmica “feudalismo-capitalismo”: pela desconstrução de consensos. **Aurora**, v. 2, n. 1, p. 70-79, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Cativeiro da terra**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. 1. ed. São Paulo: Editora Unicamp, 1998. (Coleção 30 Anos de Economia – Unicamp).

MERCADANTE, Paulo. Ignácio Rangel e a substância de nossa realidade. In: MAMIGONIAN, Armen; REGO, José Márcio (Org.). **O pensamento de Ignácio Rangel**. São Paulo: Editora 34, 1998. p. 40-48.

MOTTA, Luiz Eduardo. O Iseb no banco dos réus. **Comum**, v. 5, n. 15, p. 119-145, 2000.

NOGUEIRA, Leandro Mendes. **A interpretação de Ignácio Rangel e o Brasil do milagre e antimilagre econômico**. 2017. Dissertação (Mestrado em Culturas e Identidades Brasileiras) — Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

PEREIRA, Hugo Carcanholo Iasco; CARVALHO, André Roncaglia de. A controvérsia estruturalista-monetarista e a interpretação de Ignácio Rangel em “A inflação brasileira”. **História Econômica & História de Empresas**, v. 22, n. 2, p. 523-550, 2019.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira**. Companhia das Letras, 2014.

RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 2, p. 655-685.

_____. A inflação brasileira. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 1, p. 551-680.

_____. Dualidade básica da economia brasileira. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 1, p. 285-354.

_____. Dualidade e escravismo colonial. In: _____. **Obras reunidas**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2012. v. 2, p. 623-635.